

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.404.250 - RS (2018/0309996-9)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : SUDESTE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA
ADVOGADOS : DANIELA FERNANDES GUERREIRO KEUNECKE - RS063924
CAROLINE LISBOA NOVO E OUTRO(S) - RS106946
AGRAVADO : NUBIA IRIS NASCIMENTO REINA
ADVOGADO : MARCELLO MELLO E OUTRO(S) - RS090788

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que não admitiu o recurso especial, impugnando acórdão assim ementado:

APELAÇÕES CÍVEIS. TRANSPORTE. QUEDA DE PASSAGEIRA NO INTERIOR DO COLETIVO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO TRANSPORTADOR. DANO MORAL. DANO ESTÉTICO. SEGURO DPVAT. PRECEDENTES.

O prestador de serviço público de transporte coletivo, responde objetivamente pelos danos causados aos seus passageiros. Incidência dos artigos 37, § 6º, da Constituição Federal, 734 do Código Civil e 14 do Código de Defesa do Consumidor. Caso em que a autora, que estava em pé, num ônibus lotado, aguardando para passar a roleta, quando, numa manobra brusca de frenagem realizada pelo motorista, sofreu a queda.

Nexo causal demonstrado, assim como ausente prova a respeito da culpa exclusiva ou concorrente da vítima. Dever de indenizar o dano causado, na medida em que o transportador tem a obrigação de conduzir o passageiro de forma segura ao seu destino.

Tendo presente que a lesão apresentada pela autora (lesão corto contusa na região axilar) foi ocasionada quando estava no interior do coletivo, patente o dever de indenizar pelos danos morais sofridos, os quais, na hipótese dos autos, caracterizam-se como *in re ipsa*.

Irretocável o montante definido pelo juízo originário, eis que em consonância às peculiaridades da espécie.

Incomprovado o dano estético, inviável impingir ao réu condenação nessa rubrica, pois ausente do grampo dos autos dados a corroborar que a autora vivencie situação vexatória em decorrência das cicatrizes decorrentes do sinistro.

A dedução do seguro DPVAT independe da comprovação de ter sido ou não recebida a verba. Súmula 246, STJ.

Aplicação do art. 85, § 11, do CPC.

APELAÇÃO DA DEMANDADA PARCIALMENTE PROVIDA.

APELAÇÃO DA AUTORA IMPROVIDA.

Os embargos declaratórios opostos foram rejeitados.

Nas razões do especial, sustentou a parte ora agravante violação dos arts. 373, I, e 1022 do Código de Processo Civil; 14, § 3º, II, do Código de Defesa do Consumidor, 188, I, 186, 927 e 944, parágrafo único, do Código Civil. Alegou negativa de prestação jurisdicional. Afirmou que o valor indenizatório fixado em R\$ 10.000,00 (dez mil reais) pelo Tribunal de origem, em razão de lesões físicas causadas em passageira decorrentes de acidente no interior do coletivo, é excessivo. Argumentou que "Não é demais dizer que o recurso colhe ensejo ao conhecimento de plano, dado o exposto debate acerca da EXCLUDENTE de RESPONSABILIDADE CONTRATUAL quanto aos danos morais, à vista da comprovada ausência de nexo de causalidade com o objeto do pedido indenizatório, eis que a queda se deu por culpa exclusiva da autora, sem ato ilícito da ré, ora recorrente" (fl. 236).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Presentes os pressupostos de admissibilidade e ultrapassado o limite do conhecimento, verifico que este agravo não merece provimento.

No tocante às alegações de ofensa ao art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, verifico que essas não merecem prosperar.

Isso porque não configura ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional o fato de o acórdão ter sido proferido em sentido contrário ao desejado pela parte recorrente.

Dessa forma, tendo a decisão analisado de forma fundamentada as questões trazidas, não há que se falar nos vícios apontados. Nesse sentido: AgRg no Ag 829.006/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 17/9/2015, DJe 28/9/2015; AgRg no AREsp 670.511/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/2/2016, DJe 1/3/2016.

O Tribunal de origem, com base nos fatos e provas dos autos, concluiu pela responsabilidade da parte ora recorrente, assim se pronunciando (fls. 193-195):

Na espécie, os elementos existentes nos autos são suficientes para

assegurar que o evento danoso somente aconteceu porque a passageira, embora estivesse se segurando na roleta, em decorrência da freada brusca, antes de passar na catraca, foi arremessada contra o balaustre - barra de ferro móvel que separa o assento do motorista do resto do coletivo -, inexistente fator que permita excluir o nexo de causalidade, repita-se, como o caso fortuito, a força maior ou a culpa exclusiva da vítima.

O Boletim de Pronto Atendimento constante da fl. 17 informa que a autora esteve em atendimento médico no dia 02-04-2015, explicitando que a demandante sofreu acidente - caiu no interior do veículo -e que sofreu "ferimento em MSD".

Desta forma, lembrando que a responsabilidade do transportador é objetiva, cabia a este fazer prova de que a lesão apresentada pela autora não foi ocasionada quando estava no interior do coletivo, o que não logrou demonstrar, daí o seu dever de indenizar os danos morais deflagrados, os quais, na hipótese dos autos, caracterizam-se *in re ipsa*.

(...).

Com efeito, conforme explicitado nas fls. 17 e seguintes, especialmente do atestado da fl. 25, a demandante sofreu lesão corto - contusa em região MSD (axilar) com área escurecida, necessitando de acompanhamento, pois apresenta diabetes. Precisou de afastamento de suas atividades pelo período de 30 dias.

A análise das razões do recurso, a fim de demover o que concluído pela origem, demandaria inevitável reexame de matéria fática, procedimento que encontra óbice no verbete 7 da Súmula desta Corte.

No mais, destaco que o entendimento firmado pelo Tribunal de Justiça sobre a responsabilidade civil da empresa de transporte de levar as pessoas em segurança até o seu local de destino está em harmonia com a jurisprudência desta Corte. A propósito, vejamos:

CIVIL E PROCESSO CIVIL. ENQUADRAMENTO JURÍDICO DOS FATOS. REVISÃO PELO STJ. POSSIBILIDADE. ACIDENTE DE TRÂNSITO COM VÍTIMAS FATAIS. PASSAGEIROS. EXPOSIÇÃO A CENAS DE HORROR E TRAGÉDIA. DANO MORAL. INDENIZAÇÃO. CABIMENTO.

1. O conhecimento do recurso especial como meio de revisão do enquadramento jurídico dos fatos realizado pelas instâncias

ordinárias se mostra absolutamente viável; sempre atento, porém, à necessidade de se admitirem esses fatos como traçados pelas instâncias ordinárias, tendo em vista o óbice contido no enunciado nº 07 da Súmula/STJ.

2. Em acidente de trânsito de graves proporções, inclusive com vítimas fatais, mesmo o passageiro que sofre apenas lesões leves faz jus à indenização por danos morais, a ser paga pela empresa de transporte público coletivo, tendo em vista sua exposição a cenas de horror e tragédia, repletas de imagens traumatizantes, violadoras do direito de personalidade.

3. Ao aceitar a condução de pessoas - firmando, ainda que de forma tácita e não escrita, legítimo contrato de transporte -, surge para o transportador a obrigação de levar o passageiro com segurança (inclusive psicológica) até o seu destino. Essa obrigação assume relevância ainda maior quando se tratar de empresa dedicada ao transporte público coletivo.

4. Recurso especial provido.

(REsp 1231240/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/04/2012, DJe 14/11/2012.)

No que tange ao valor da verba indenizatória por dano moral, o Tribunal de origem fixou o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), com base nos fatos e provas dos autos, e a revisão do julgado nesse sentido fica obstada pela incidência do enunciado 7 da Súmula do STJ, eis que dependente de reexame de matéria fática da lide.

É certo que o Superior Tribunal de Justiça considera, excepcionalmente, cabível, em recurso especial, o reexame do valor arbitrado a título de danos morais, quando excessivo ou irrisório (AgRg no REsp 959.712/PR, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, DJe de 30.11.2009 e AgRg no Ag 939.482/RJ, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, QUARTA TURMA, DJe de 20.10.2008, entre outros). Observo, todavia, que a quantia arbitrada pelo Tribunal estadual mostra-se dentro dos padrões da razoabilidade e proporcionalidade, não se mostrando desproporcional à lesão, de modo a ensejar sua alteração em grau de recurso especial.

Dessa forma, encontrando-se o acórdão recorrido em consonância com a orientação desta Corte, não há o que se reformar, esbarrando o presente recurso no óbice da Súmula 83/STJ.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do mesmo artigo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI

Relatora

